

Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A.
CNPJ 01.704.513/0001-46



Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. ("Companhia") relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2017, acompanhadas das respectivas notas explicativas, relatório dos auditores e dos atuários independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015. **1. Conjuntura econômica:** Em 2017, a economia brasileira conseguiu superar uma das mais profundas recessões da história econômica do país. A gestão da política econômica, focada na responsabilidade macroeconômica, destravando a agenda de reformas estruturais, propiciou um choque positivo de confiança nos agentes econômicos, fundamental para a retomada do crescimento econômico. Estima-se um crescimento do PIB de cerca de 1,0% em 2017, em um ambiente de inflação controlada, juros em baixos patamares e contas externas em níveis saudáveis. O consumo liderou a saída da recessão pois contou com fatores pontuais, como a liberação de recursos das contas inativas do FGTS, responsável pela injeção de aproximadamente R\$43 bilhões na economia, alavancando o consumo e permitindo a quitação de dívidas pelas famílias. As vendas do comércio varejista ganharam força, abrindo espaço para a retomada da produção industrial, impactando positivamente o mercado de trabalho. As empresas voltaram a contratar, promovendo lenta, mas continuada redução do desemprego. A taxa de desemprego, que se encontrava em 13,7% em março, recuou para 12,0% no final de 2017. Ademais, a recuperação da renda do trabalho, em meio a juros em queda, favoreceu a redução do endividamento familiar, permitindo a volta das famílias ao mercado de crédito, fortalecendo o consumo e impulsionando a atividade econômica. Ao longo de 2017, observou-se intenso processo de desinflação na economia, dando mais consistência à recuperação. A inflação brasileira, medida pelo IPCA/IBGE, que se situava em 6,29% no final de 2016, fechou 2017 em 2,95%, se constituindo na menor taxa de inflação anual desde 1998. Um ambiente inflacionário favorável, com inflação correndo abaixo da meta (4,5%) permitiu que o Banco Central promovesse acentuada queda da taxa Selic de 13,75% no início do ano para 7,0% em dezembro. Os investimentos voltaram a reagir e devem mostrar crescimento pouco acima de 2% em 2017, após três anos de quedas. A reação foi impulsionada pela maior absorção de máquinas e equipamentos na esteira do bom desempenho do setor agropecuário e pela retomada de projetos de infraestrutura paralisados. Pelo lado fiscal, o quadro ainda preocupa pois os déficits prosseguem e a dívida pública permanece em alta. Prevalece a necessidade de continuidade das grandes reformas, fundamental para o reequilíbrio das contas públicas. As perspectivas para a economia brasileira nos próximos anos apontam para um cenário de crescimento moderado em meio à inflação controlada e taxas de juros baixas. O consumo continuará sendo importante determinante do crescimento, que deverá contar também com a participação crescente dos investimentos, principalmente aqueles relacionados à construção civil e infraestrutura. Os riscos a esse cenário ademais do resultado das eleições de 2018 e suas consequências para a necessidade de ajuste das contas públicas.

2. Principais informações financeiras:

(R\$ milhões)	2017	2016	Δ
Prêmios emitidos	415,0	389,0	6,7%
Prêmios ganhos	444,7	417,8	6,4%
Sinistros ocorridos	(213,1)	(162,1)	-31,4%
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL	82,4	47,4	73,9%
Variações de outras provisões técnicas	(108,1)	(59,9)	-80,4%
Resultado financeiro	50,5	61,9	-18,4%
Resultado antes dos impostos e participações	1,0	35,8	-97,3%
Lucro/prejuízo líquido	(2,6)	18,5	NA

3. Comentário sobre o desempenho: No ano de 2017, a receita de prêmios emitidos atingiu R\$415,0 milhões, aumento de 6,7% em relação à receita obtida no ano anterior. Os sinistros ocorridos somaram R\$213,1 milhões, 31,4% acima do registrado em 2016. As receitas de contribuições e prêmios de VGBL totalizaram R\$82,4 milhões, representando crescimento de 73,9% frente a 2016. Neste mesmo período, o resultado financeiro alcançou R\$50,5 milhões, 18,4% abaixo do ano anterior. Em 2017, a Companhia registrou prejuízo líquido de R\$2,6 milhões.

4. Distribuição do resultado:

	2017	2016
Lucro antes dos impostos e participações	1,0	35,8
(-) Impostos e contribuições	(0,6)	(14,8)
(-) Participações	(3,0)	(2,4)
Lucro líquido do exercício	(2,6)	18,5
(-) Constituição da reserva legal (5%)	—	(0,9)
Lucro líquido ajustado	(2,6)	17,6
Dividendos obrigatórios	—	4,4
25% do Lucro líquido ajustado	—	4,4
(-) Dividendos antecipados a serem considerados nos dividendos obrigatórios	—	—
Saldo dos dividendos obrigatórios propostos	—	—
Absorção do prejuízo pela reserva estatutária	(2,6)	—
Destinação:		
Constituição da reserva estatutária	—	13,2

5. Investimentos: A Companhia não possui investimentos diretos ou indiretos em sociedades coligadas e controladas. **6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento":** A Companhia classifica os títulos e valores mobiliários na categoria "mantidos até o vencimento" para os quais possua intenção e capacidade para manter até a data do respectivo vencimento. **7. Acordo de acionistas:** A Companhia não é parte em acordos de acionistas. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2018. **A ADMINISTRAÇÃO.**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(em milhares de reais)

	Notas	2017	2016		Notas	2017	2016	
Ativo								
Ativo circulante		6.360.747	6.301.396					
Disponível	—	11.845	6.417		Passivo			
Caixa e bancos	—	11.845	6.417		Passivo circulante	1.622.788	1.673.227	
Aplicações	6	6.210.456	6.145.808		Contas a pagar	—	24.745	42.050
Créditos das operações com seguros e resseguros	—	89.861	98.956		Obrigações a pagar	11.1	6.275	25.246
Prêmios a receber	7	81.316	89.012		Impostos e encargos sociais a recolher	—	5.329	5.921
Operações com seguradoras	—	3.211	7.460		Encargos trabalhistas	—	2.291	1.957
Operações com resseguradoras	8.1	5.334	2.484		Impostos e contribuições	—	616	893
Créditos das operações com previdência complementar	—	388	40		Outras contas a pagar	11.2	10.234	8.033
Créditos de resseguro	—	349	40		Débitos de operações com seguros e resseguros	—	47.002	50.373
Valores a Receber	—	39	—		Prêmios a restituir	—	252	59
Outros créditos operacionais	—	1.772	1.663		Operações com seguradoras	—	1.602	1.778
Ativos de resseguro e retrocessão	8.2	3.063	3.128		Operações com resseguradoras	8.1	7.297	8.564
Títulos e créditos a receber	—	15.901	14.147		Corretores de seguros e resseguros	12	17.141	16.811
Títulos e créditos a receber	—	9.736	7.562		Outros débitos operacionais	—	20.710	23.161
Créditos tributários e previdenciários	9.1	3.858	4.125		Débitos de operações com previdência complementar	—	7.447	5.052
Outros créditos	16.1	2.307	2.460		Débitos de resseguros	—	331	152
Outros valores e bens	—	5	—		Outros débitos operacionais	—	7.116	4.900
Bens a venda	—	5	—		Depósitos de terceiros	13	13.833	9.119
Despesas antecipadas	—	985	1.308		Provisões técnicas - seguros	—	627.412	637.700
Custos de aquisição diferidos	10	26.471	29.929		Danos	14.1	2.117	2.137
Seguros	—	23.021	25.773		Pessoas	14.1	160.776	151.899
Previdência	—	3.450	4.156		Vida individual	14.1	50.364	61.055
Ativo não circulante	—	730.688	671.496		Vida com cobertura de sobrevivência	14.1	414.155	422.609
Realizável a longo prazo	—	727.696	667.619		Provisões técnicas - previdência complementar	14.2	890.705	916.207
Aplicações	6	377.052	323.090		Planos não bloqueados	—	323.894	386.025
Créditos das operações com seguros e resseguros	—	1.999	1.987		PGBL/PRGP	—	566.811	530.182
Prêmios a receber	7	375	676		Outros débitos	—	11.644	12.726
Operações com resseguradoras	8.1	1.624	1.311		Provisões judiciais	17.2	11.525	12.607
Ativos de resseguro e retrocessão	8.2	2.503	2.816		Débitos diversos	—	119	119
Títulos e créditos a receber	—	332.941	325.016		Passivo não circulante	—	5.188.770	4.992.933
Créditos tributários e previdenciários	9.1	109.090	113.368		Contas a pagar	—	61.179	57.379
Depósitos judiciais e fiscais	17.1	223.851	211.648		Obrigações a pagar	11.1	61.117	57.317
Custos de aquisição diferidos	10	13.201	14.710		Outras contas a pagar	11.2	62	62
Seguros	—	9.999	11.477		Débitos de operações com seguros e resseguros	—	92	124
Previdência	—	3.202	3.233		Corretores de seguros e resseguros	12	92	124
Imobilizado	—	780	1.134		Provisões técnicas - seguros	—	1.827.269	1.828.380
Imóveis de uso próprio	—	394	477		Pessoas	14.1	154.921	149.880
Bens móveis	—	144	240		Vida individual	14.1	5.282	6.326
Outras imobilizações	—	242	417		Vida com cobertura de sobrevivência	14.1	1.667.066	1.672.174
Intangível	—	2.212	2.743		Provisões técnicas - previdência complementar	14.2	3.154.375	2.961.937
Outros intangíveis	—	2.212	2.743		Planos não bloqueados	—	888.913	878.228
Total do ativo		7.091.435	6.972.892		PGBL/PRGP	—	2.265.462	2.083.709
	</td							

continuação

Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A. (Companhia)

(Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Beatriz Larragoiti Lucas, nº 121 parte, no bairro Cidade Nova, autorizada a operar em todo o território nacional pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) com seguros de pessoas e planos de previdência privada aberta e que têm como acionista, a Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA. SAÚDE) que detém 100% de participação. A Sul América S.A. (SASA) controladora indireta da Companhia, tem como principal acionista a Sulaspapar Participações S.A. (SULASAPAR), com 50,87% das ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,66% de participação total. A SASA é uma Companhia de capital aberto e público, em 28/02/2018, no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2017, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

2. Apresentação das demonstrações financeiras:

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela SUSEP, e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente à emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 27/02/2018.

2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram

preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros derivativos (nota 5); • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 6); e • Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 6).

2.3. Moeda funcional e de apresentação: Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.
3. Principais práticas contábeis: As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.**3.1. Resumo das práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são:**3.1.1. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera:

• Prêmios de seguros e coberturas de risco de previdência reconhecidos pelo período de vigência das apólices. Prêmios de seguros, relativos a riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas, reconhecidos com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica do atraso de emissão;

• Contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) reconhecidas quando ocorre o efetivo recebimento. Os direitos dos participantes dos referidos planos estão refletidos mediante constituição de provisões técnicas em contrapartida no resultado do período;

• Comissões de seguro e agenciamentos de seguros, registrados como custos de aquisição diferidos amortizados com base no prazo de vigência dos contratos de seguros (majoritariamente 12 meses) exceto os agenciamentos referentes aos produtos de previdência que são amortizados pelo prazo médio de permanência dos segurados na carteira (40 meses). Comissões relativas a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são estimadas com base em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica. Esses custos de aquisição são inicialmente diferidos na rubrica "Custos de aquisição diferidos" no ativo circulante e não circulante e amortizados no resultado do período na rubrica "Custos de aquisição"; e

• Sinistros compreendendo as indenizações e despesas estimadas a incorrer com a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente alocáveis individualmente (Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE) quanto outras despesas relacionadas, mas não diretamente alocáveis (Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE).

3.1.2. Balanço patrimonial: Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo, não circulante, respectivamente;

• Os ativos e passivos sujeitos a atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contrato;

• Os créditos tributários não são ajustados a valor presente.

3.2. Instrumentos financeiros: Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir.**3.2.1. Mensurado ao valor justo por meio do resultado:**

Títulos e valores mobiliários: Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da Companhia.

Derivativos: São classificados no ativo circulante em "Títulos e créditos a receber" ou no passivo circulante em "Outras contas a pagar".

3.2.2. Disponíveis para a venda: Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "empréstimos e recebíveis" são classificados como "disponíveis para venda" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, reconhecidos no resultado.

Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

3.2.3. Mantidos até o vencimento: Títulos e valores mobiliários que a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, que são reconhecidos no resultado.
3.2.4. Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.
3.3. Depósitos judiciais e fiscais: Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidas no resultado.
3.4. Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo, se apresenta efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.
Ativos não financeiros: Os saldos contábeis dos ativos não financeiros, incluindo ágio ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, são revistos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa.
3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos em até 8 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.
3.6. Provisões técnicas de contratos de seguros, resseguros e previdência: As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela SUSEP, conforme a seguir:
3.6.1. Provisões para Prêmios Não Ganhos (PPNG): Para os contratos de cobertura de risco de previdência e seguros de pessoas, a PPNG é constituída pelo método pro rata die, tendo como base os prêmios ou contribuições comerciais, multiplicados pelo período de vigência a decorrer e divididos pelo prazo total de vigência do risco.
3.6.2. Provisão para Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo, se apresenta efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.
Ativos não financeiros: Os saldos contábeis dos ativos não financeiros, incluindo ágio ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, são revistos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa.
3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos em até 8 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.
3.6. Provisões para Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE): Para os contratos de cobertura de risco de previdência e seguros de pessoas, a PPNG-RVNE é constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos, relativa às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes. É obtida a partir da multiplicação do prêmio mensal retido pelo fator esperado de atraso calculado semestralmente com base na média ponderada histórica entre a PPNG referente aos riscos emitidos após o início de vigência e o prêmio retido.
3.6.3. Provisão de Sinistros à Líquida (PSL): Processos administrativos:

A PSL é constituída para a cobertura dos sinistros Ocorridos mas Não Avisados (Inurred But Not Reported - IBNR). O IBNR é calculado conforme descrito na nota 3.6.4.

Processos judiciais: As provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração, considerando a respectiva estimativa de perda.

No caso de processos judiciais de massa, a provisão de sinistros a liquidar leva em consideração fatores calculados por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco.

Para os processos judiciais de características singulares e relevantes, a PSL Judicial corresponde a 110% da estimativa de perda para os casos com probabilidade de perda provável.

Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e juros de 10,65% ao ano (10,43% em 2016), baseado no histórico de pagamentos de juros observados.

As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza civil relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizadas na rubrica "Provisões técnicas - seguros" no passivo circulante e no passivo não circulante.

Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, e podem ser atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) ou Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e

juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente.

3.6.4. Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR): Processos administrativos:

A IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras.

Para o ramo de seguro de pessoas, exceto para os contratos de seguros de vida individual por regime de capitalização e benefícios de risco de previdência complementar, é constituída com base na estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não avisados.

A IBNR é calculada a partir de métodos estatístico-atuariais conhecidos como triângulos de run-off, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

O desenvolvimento é apurado por montante de sinistros, sendo observado um histórico de 140 meses.

Ao montante calculado, é registrado um valor adicional referente à estimativa de desenvolvimento dos sinistros após o aviso com base na metodologia conhecida como IBNP, que considera a estimativa total de sinistro obtida por métodos estatístico-atuariais similares ao IBNR.

Para os contratos de seguros de vida individual por regime de capitalização, a IBNR é calculada por um percentual de atraso médio entre a ocorrência e o aviso dos sinistros.

Para os benefícios de risco de previdência complementar, a IBNR é calculada de acordo com critérios estabelecidos pela SUSEP.

Processos judiciais: A IBNR referente às demandas judiciais é constituída para dar cobertura aos sinistros ocorridos e ainda não citados que, com base na experiência histórica, geram desembolsos financeiros na esfera judicial.

A provisão independe do fato desses sinistros terem sido negados com embasamento técnico pelas controladas, ou ainda, não terem sido avisados em função do segurado ou terceiro ter decidido entrar diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização junto à Companhia.

Para os ramos de pessoas a provisão de IBNR judicial é calculada com base no método conhecido como triângulos de run-off, considerando o desenvolvimento semestral histórico das citações dos sinistros judiciais para estabelecer uma projeção futura para cada período de ocorrência.

Tal desenvolvimento é realizado por quantidade de sinistros, sendo posteriormente multiplicado pelo valor médio de sinistro.

A IBNR é calculada com base no percentual de atraso médio entre a ocorrência e o aviso dos sinistros.

Para os benefícios de risco de previdência complementar, a IBNR é calculada de acordo com critérios estabelecidos pela SUSEP.

Processos judiciais: A IBNR referente às demandas judiciais é constituída para dar cobertura aos sinistros ocorridos e ainda não citados que, com base na experiência histórica, geram desembolsos financeiros na esfera judicial.

A provisão independe do fato desses sinistros terem sido negados com embasamento técnico pelas controladas, ou ainda, não terem sido avisados em função do segurado ou terceiro ter decidido entrar diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização junto à Companhia.

Para os ramos de pessoas a provisão de IBNR judicial é calculada com base no método conhecido como triângulos de run-off, considerando o desenvolvimento semestral histórico das citações dos sinistros judiciais para estabelecer uma projeção futura para cada período de ocorrência.

Tal desenvolvimento é realizado por quantidade de sinistros, sendo posteriormente multiplicado pelo valor médio de sinistro.

A IBNR é calculada com base no percentual de atraso médio entre a ocorrência e o aviso dos sinistros.

Para os benefícios de risco de previdência complementar, a IBNR é calculada de acordo com critérios estabelecidos pela SUSEP.

Processos judiciais: A IBNR referente às demandas judiciais é constituída para dar cobertura aos sinistros ocorridos e ainda não citados que, com base na experiência histórica, geram desembolsos financeiros na esfera judicial.

A provisão independe do fato desses sinistros terem sido negados com embasamento técnico pelas controladas, ou ainda, não terem sido avisados em função do segurado ou terceiro ter decidido entrar diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização junto à Companhia.

Para os ramos de pessoas a provisão de IBNR judicial é calculada com base no método conhecido como triângulos de run-off, considerando o desenvolvimento semestral histórico das citações dos sinistros judiciais para estabelecer uma projeção futura para cada período de ocorrência.

Tal desenvolvimento é realizado por quantidade de sinistros, sendo posteriormente multiplicado pelo valor médio de sinistro.

A IBNR é calculada com base no percentual de atraso médio entre a ocorrência e o aviso dos sinistros.

Para os benefícios de risco de previdência complementar, a IBNR é calculada de acordo com critérios estabelecidos pela SUSEP.

Processos jud

continuação

Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas na assunção dos riscos e, com uma visão holística, avalia a solvência da Companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna das primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos os quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de risco a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de subscrição, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos.

4.1. Concentração das operações: Com presença em todo território nacional, a Companhia concentra seus negócios na região Sudeste, devido à localização do polo econômico do país. Em 31/12/2017, a Companhia registrou um total de receitas de prêmios emitidos de R\$434.979 (R\$408.939 em 2016). A tabela a seguir apresenta a distribuição regional destas receitas:

	Pessoas demais		Previdência		Outros (b)	
Vida em grupo	(a)		2017	2016	2017	2016
Região	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Sudeste	68,72%	65,03%	33,78%	29,92%	72,57%	77,40%
Norte	1,89%	3,04%	3,79%	4,44%	1,40%	1,38%
Nordeste	9,33%	12,66%	3,08%	4,57%	11,06%	8,81%
Centro	4,40%	4,36%	6,28%	6,84%	2,18%	2,14%
Oeste	15,66%	14,91%	53,07%	54,23%	12,79%	10,27%
Sul	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(a) Refere-se aos ramos conforme elencados na Circular SUSEP nº 395 de 2 de dezembro de 2009, que representam 19,21% (16,5% em 2016) do total de prêmios da Companhia; e (b) Refere-se aos ramos de seguro de vida individual e auxílio funeral. **4.2. Riscos de subscrição:** Os riscos de subscrição são oriundos de desvios nas premissas adotadas na precificação ou na constituição das provisões técnicas. Na Companhia, tais riscos podem se materializar de diferentes maneiras dependendo do ramo de atuação. Os produtos de Vida e Previdência têm seus riscos de precificação e provisão associados às expectativas de mortalidade/sobrevida dos participantes dos planos no momento da contratação. Além dos riscos de precificação mencionados acima, existe o risco de inadequação das provisões técnicas constituidas, que podem ser materializados em qualquer uma das linhas de negócios da Companhia. A Companhia possui testes de consistência periódicos para avaliação da assertividade das provisões constituidas e das metodologias empregadas nos cálculos. **4.2.1. Risco de precificação:** Atualmente, a Companhia possui modelos atuariais específicos de precificação para cada um de seus produtos, permitindo acurácia na determinação dos preços para cada cliente frente aos compromissos contratuais estimados e despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos. Com o objetivo de promover um conjunto de análises de viabilidade e de suportar uma tomada de decisão sobre investimentos em produtos e parcerias com base em riscos, a Companhia possui o Procedimento de Avaliação e Revisão de Produtos (PARP), também aplicado nos acompanhamentos periódicos dos produtos da Companhia. O PARP é um procedimento multidisciplinar onde áreas de suporte e negócios contribuem com os seus respectivos conhecimentos técnicos, através de pareceres para esta análise de viabilidade, suportando a decisão sobre uma iniciativa que pode ser lançamento ou alteração de produtos, novas parcerias e grandes cotações. Contribuem como pareceristas, neste processo, as áreas atuarial, de auditoria interna, comercial, de compliance, contábil, financeira, gestão de riscos corporativos, jurídica, operações, de planejamento estratégico, sustentabilidade, tecnologia da informação evisão do cliente. Adicionalmente, a Companhia conta com ações específicas em cada linha de negócio para mitigação dos riscos de subscrição e melhoria contínua na seleção da carteira de seus segurados. Dentre estas ações, pode-se destacar: programas de bônus; centros especializados de atendimento de sinistros; processos de eficiência de custos; auditorias preventivas pré-pagamentos e inspeções detalhadas na subscrição das apólices. Para os seguros com maiores riscos individuais e carteiras com menor capacidade de previsibilidade ou expostas a catástrofes, a Companhia utiliza-se de contratos de resseguro, mitigando o risco de grandes perdas não esperadas nos contratos e transferindo tais riscos para os resseguradores, assumindo, em contrapartida, o risco de crédito destes parceiros. A contratação de resseguro segue política específica estabelecida pelo CoR. Uma das formas de mensurar possíveis impactos nos resultados e patrimônio líquido, decorrentes dos riscos de subscrição, é sensibilizar as variáveis que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos produtos, inadequação de preços ou ainda insuficiência nas provisões técnicas. **Análise de sensibilidade em Pessoas:** As análises de sensibilidade a seguir, buscam simular os possíveis impactos de oscilações no resultado e no patrimônio líquido para os negócios de pessoas, antes e depois da contratação de resseguros. Foram aplicados choques de variação percentual de 5% nos sinistros, nas despesas administrativas e nos custos de comercialização.

Premissas	2017			
	Com efeito de resseguro	Sem efeito de resseguro	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Aumento de 5% na sinistralidade	(9.953)	(5.474)	(10.590)	(5.824)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(2.921)	(1.606)	(2.921)	(1.606)
Aumento de 5% nos custos de comercialização	(7.058)	(3.882)	(7.058)	(3.882)
Redução de 5% na sinistralidade	9.953	5.474	10.590	5.824
Redução de 5% nas despesas administrativas	2.921	1.606	2.921	1.606
Redução de 5% nos custos de comercialização	7.058	3.882	7.058	3.882

Premissas	2016			
	Com efeito de resseguro	Sem efeito de resseguro	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Aumento de 5% na sinistralidade	(7.919)	(4.355)	(8.435)	(4.639)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(3.484)	(1.916)	(3.484)	(1.916)
Aumento de 5% nos custos de comercialização	(6.400)	(3.520)	(6.400)	(3.520)
Redução de 5% na sinistralidade	7.919	4.355	8.435	4.639
Redução de 5% nas despesas administrativas	3.484	1.916	3.484	1.916
Redução de 5% nos custos de comercialização	6.400	3.520	6.400	3.520

Choques de 5% mencionados na tabela são determinados pelo valor total da premissa em referência multiplicada pelo fator de 1,05 (nos casos de aumento) ou 0,95 (nos casos de redução). A análise demonstrada acima reflete que os impactos das mudanças nos cenários razoável e possível nos fatores apresentados, não sofreram alterações significativas em relação ao ano anterior. **Análise de sensibilidade em Previdência:** Diferente da análise de sensibilidade em pessoas, para os negócios de previdência a análise reflete o impacto nos fluxos dos passivos esperados e modificados de acordo com as premissas destacadas nas tabelas abaixo:

Premissas	2017	
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(1.130)	(622)
Aumento de 5% no resgate	245	135
Aumento de 5% na mortalidade	8.113	4.462
Aumento de 5% no cancelamento	54	30
Aumento de 5% na taxa de juros	11.793	6.486
Redução de 5% nas despesas administrativas	1.130	622
Redução de 5% no resgate	(246)	(135)
Redução de 5% na mortalidade	(8.489)	(4.669)
Redução de 5% no cancelamento	(54)	(29)
Redução de 5% na taxa de juros	(12.260)	(6.743)

Premissas	2016	
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(1.096)	(603)
Aumento de 5% no resgate	222	122
Aumento de 5% na mortalidade	7.377	4.058
Aumento de 5% no cancelamento	55	30
Aumento de 5% na taxa de juros	12.378	6.808
Redução de 5% nas despesas administrativas	1.096	603
Redução de 5% no resgate	(223)	(122)
Redução de 5% na mortalidade	(7.714)	(4.243)
Redução de 5% no cancelamento	(39)	(22)
Redução de 5% na taxa de juros	(12.895)	(7.092)

Choques de 5% mencionados na tabela são determinados pelo valor total da premissa em referência multiplicada pelo fator de 1,05 (nos casos de aumento) ou 0,95 (nos casos de redução). A análise demonstrada acima reflete que os impactos das mudanças nos cenários razoável e possível nos fatores apresentados, não sofreram alterações significativas em relação ao ano anterior. **4.2.2. Risco de inadequação das provisões técnicas:** A gestão das provisões técnicas constituidas é um processo contínuo coordenado pelo departamento atuarial corporativo através de metodologias específicas e internacionalmente consagradas, adaptadas para as características de cada um dos produtos, comportamento dos clientes e processos de regulação de sinistros administrativos e judiciais. Para a gestão dos riscos envolvidos neste processo, a Companhia conta com diversas técnicas que visam revisar premissas e procedimentos de cálculo que possam gerar falhas no processo de tomada de decisão, entre elas podem-se destacar: • Testes de consistência das metodologias de constituição de provisões; e • Avaliação prospectiva quanto à adequação das provisões técnicas. A evolução das provisões de sinistros contabilizadas é apresentada na tabela a seguir, onde é verificado o desenvolvimento até a data-base destas demonstrações financeiras dos sinistros ocorridos em relação a respectiva provisão contabilizada nos exercícios anteriores. A parte superior da tabela demonstra a evolução da provisão no decorrer dos anos seguintes ao registro da provisão. A parte inferior da tabela apresenta a segregação do valor mais atualizado dos sinistros entre pagamentos e casos ainda pendentes.

Administrativo:

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	R\$ milhões
Provisão de sinistros contabilizada	89,86	95,12	96,57	99,37	103,27	106,35	96,20	90,43	84,93	91,21	
Efeito do desconto financeiro	(6,60)	(6,66)	(6,94)	(5,93)	(4,72)	(4,37)	(3,77)	(4,63)	(3,45)		
Provisão de sinistros sem desconto financeiro	96,46	101,78	103,51	105,30	107,99	110,72	99,97	94,21	89,56	94,65	
Estimativa de sinistros acumulada:											
No final do ano	96,46	101,78	103,51	105,30	107,99	110,72	99,97	94,21	89,56	94,65	
Um ano depois	107,56	101,22	103,57	118,39	141,50	105,50	90,69	90,49	86,17		
Dois anos depois	107,46	94,83	102,81	130,21	145,50	107,11	93,70	85,74			
Três anos depois	102,33	92,11	109,64	131,99	148,7						

continuação

Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

Análise demonstrada acima reflete que o total da exposição ao risco de crédito com resseguro não sofreu alterações significativas em relação à 31/12/2016. Apesar disso, a distribuição desta exposição sofreu modificações devido a adequações realizadas na metodologia de alocação dos resseguradores nas classes internas. Level 1 refere-se a categoria com o menor grau de risco e Level 5 a categoria com maior grau de risco.

Ressegurador local: Ressegurador sediado no exterior, com escritório de representação no país, que, atendendo às exigências previstas na Legislação em vigor, aplicáveis à atividade de resseguro e retrocessão, tenha sido cadastrado como tal na SUSEP, para realizar operações de resseguro e retrocessão.

Ressegurador eventual: Empresa resseguradora estrangeira sediada no exterior, sem escritório de representação no país, que, atendendo a Legislação em vigor, aplicáveis à atividade de resseguro e retrocessão, tenha sido cadastrada como tal na SUSEP, para realizar operações de resseguro e retrocessão. Em 31/12/2017, adicionais aos valores informados na tabela anterior, há R\$3.328 (R\$3.054 em 2016) em exposição com resseguradores, referente a sinistros judiciais não ordinários (casos especiais) que em função da probabilidade de êxito "possível" destas ações judiciais, não são contabilizados conforme orientação normativa.

4.5. Riscos operacionais: O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia. O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações. Dessa forma, a gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que violam o apetite a risco definidos pelo Conselho de Administração. O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através do mapeamento dos processos organizacionais. Os riscos são quantificados através de metodologia específica gerando planos de ação nos casos necessários.

4.6. Riscos legais e compliance: Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais.

4.6.1. Gestão dos riscos legais: Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal dos contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações. Adicionalmente, a área atuarial utiliza uma metodologia específica de experiência de pagamento para o cálculo da provisão judicial baseada na relação histórica observada entre o custo do processo encerrado e as estimativas dos advogados para o valor a ser pago se perdêssemos a causa (exposição ao risco). Esta metodologia tem por objetivo cobrir os custos com processos nos quais a Companhia é ré ou denunciada desde a data do cadastro do processo judicial no sistema da Companhia até o efetivo pagamento. A evolução da provisão de sinistros judiciais pode ser observada na nota 4.2.2.

4.6.2. Gestão dos riscos de compliance: A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros, que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas a compliance da organização perante os órgãos reguladores.

4.7. Gestão de capital: A Companhia apura mensalmente a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Durante os exercícios de 2017 e 2016, o PLA da Companhia foi sempre suficiente em relação ao capital mínimo requerido pelos reguladores. Adicionalmente, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para cada tipo de negócio e risco, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. Através destes modelos internos são obtidos mensalmente métricas de retorno sobre o capital para auxílio na gestão dos negócios e performance dos administradores. A tabela abaixo demonstra a suficiência do capital regulatório em relação ao PLA apurado nos exercícios de 2017 e 2016.

Descrição	2017	2016
Patrimônio líquido contábil	279.877	306.732
Deduções:		
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(985)	(1.308)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social	(44.513)	(39.294)
Ativos intangíveis	(2.212)	(2.743)
Ajustes econômicos	116.554	62.495
Patrimônio líquido ajustado - PLA (a)	348.721	325.882
Capital base (b)	15.000	15.000
Capital de risco (c)	284.159	270.120
Capital de risco de subscrição (d)	200.450	220.360
Capital de risco operacional (e)	5.207	5.081
Capital de risco de crédito (f)	26.251	25.348
Capital de risco de mercado (g)	130.127	77.252
CMR = Maior entre capital base e capital de risco (h)	284.159	270.120
Suficiência de capital - R\$ (i) = (a) - (h)	64.562	55.762
Suficiência de capital - % (j) = (i) / (a)	18,51%	17,11%

A partir de 31/12/2016 o cálculo da suficiência de capital engloba as alterações introduzidas pela resolução CNSP 343 de 26/12/2016, onde as principais modificações foram a inclusão dos ajustes econômicos no cálculo do patrimônio líquido ajustado e o capital de risco de mercado no cálculo do CMR. Em 31/12/2017, a Companhia tem ativos livres no montante de R\$150.319 (R\$200.047 em 2016) que correspondem a 52,90% (74,06% em 2016) do

capital mínimo requerido, superior ao limite de 20% estabelecido na Resolução CNSP 321/2015.

5. Instrumentos financeiros derivativos: Conforme políticas de investimento e de alocação de recursos pré-definidas e aprovadas pela Administração, é permitida para a Companhia a contratação de operações com derivativos. Para a Companhia, a manutenção de instrumentos financeiros derivativos, podendo ser mantidos nos fundos de investimentos exclusivos, tem por finalidade única a proteção à flutuação das taxas de juros. No caso dos fundos exclusivos dos planos PGBL e VGBL, além dos contratos futuros atrelados a taxa de juros, a Companhia também utiliza contratos futuros atrelados ao Índice Bovespa e dólar, em consonância com a política de investimento desses fundos. Os ganhos e perdas decorrentes desses contratos futuros não proporcionam qualquer impacto no resultado ou patrimônio líquido da Companhia, em virtude de serem refletidos em igual montante nas provisões técnicas de previdência. A utilização de instrumentos financeiros derivativos pela Companhia está de acordo com as normas vigentes emitidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo CNSP. Estas normas dispõem sobre os critérios para a realização de investimentos pela Companhia. Em 31/12/2017 e 2016, a Companhia possuía instrumentos financeiros derivativos somente nos fundos de investimentos de PGBL e VGBL, os quais estão classificados no nível 1, como demonstrado a seguir:

Descrição	Vencimento	Valor de referência (nacional)		Valor justo		Valor a receber/ recebido		Valor a pagar/ pago	
		2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Contratos futuros:									
Compromisso de compra									
Taxa de juros em reais	2018/2027	4.698.600	4.204.000	3.877.825	3.274.477	56	6	3.453	534
Moeda estrangeira	2018	387	—	387	—	—	—	—	—
Índices	2017/2026	507.967	7.025	489.022	7.025	311	57	—	—
Compromisso de venda									
Taxa de juros em reais	2018/2027	1.637.400	1.429.000	975.575	1.333.388	3.290	31	—	8
Moeda estrangeira	2018	1.395	—	1.395	—	2	—	—	—
Índices	2018/2024	710.600	78.366	574.561	56.067	2	1	686	256

5.1. **Critérios de determinação do valor justo:** O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado utilizando-se as taxas divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3). 5.2. **Margens dadas em garantia:** Em 31/12/2017 e 2016, as margens dadas em garantia das operações de contratos futuros mantidas nos fundos de PGBL e de VGBL são compostas conforme demonstradas a seguir:

Descrição	Vencimento	Valor de referência (nacional)		Valor justo		Valor a receber/ recebido		Valor a pagar/ pago	
		2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Contratos futuros:									
Compromisso de compra									
Taxa de juros em reais	2018/2027	4.698.600	4.204.000	3.877.825	3.274.477	56	6	3.453	534
Moeda estrangeira	2018	387	—	387	—	—	—	—	—
Índices	2017/2026	507.967	7.025	489.022	7.025	311	57	—	—
Compromisso de venda									
Taxa de juros em reais	2018/2027	1.637.400	1.429.000	975.575	1.333.388	3.290	31	—	8
Moeda estrangeira	2018	1.395	—	1.395	—	2	—	—	—
Índices	2018/2024	710.600	78.366	574.561	56.067	2	1	686	256

5.1.1. **Critérios de determinação do valor justo:** O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado utilizando-se as taxas divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

5.2. **Margens dadas em garantia:** Em 31/12/2017 e 2016, as margens dadas em garantia das operações de contratos futuros mantidas nos fundos de PGBL e de VGBL são compostas conforme demonstradas a seguir:

Descrição	Vencimento	Valor de referência (nacional)		Valor justo		Valor a receber/ recebido		Valor a pagar/ pago	
		2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Contratos futuros:									
Compromisso de compra									
Taxa de juros em reais	2018/2027	4.698.600	4.204.000	3.					

continuação

Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

6.2. Movimentação das aplicações:

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total (a)
Saldo em 01/01/2016	4.945.895	330.260	408.960	5.685.115
Aplicações	969.865	534.364	—	1.504.229
Rendimentos resgate	(252.794)	(15.073)	(29.135)	(297.002)
Principal resgate	(679.496)	(542.379)	—	(1.221.875)
Resultado financeiro	681.670	45.934	59.771	787.375
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	381	—	—	381
Ajustes no patrimônio líquido	—	10.072	—	10.072
Saldo em 31/12/2016	5.665.521	363.178	439.596	6.468.295

(a) Para melhor entendimento do volume das aplicações financeiras da Companhia, passamos a apresentar a movimentação das cotas de fundos exclusivos em substituição a movimentação dos ativos que compõe estas cotas de fundos. Em função desta alteração estamos reapresentando a movimentação de 2016. Adicionalmente, as cotas de fundos de investimentos exclusivos estão apresentadas na coluna de valor justo por meio do resultado, conforme nota 3.2.1, entretanto esses fundos contemplam títulos mantidos até o vencimento, conforme nota 6.1.

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
Saldo em 31/12/2016	5.665.521	363.178	439.596	6.468.295
Aplicações	1.051.241	534.610	55.002	1.640.853
Rendimentos resgate	(416.551)	(9.835)	(28.365)	(454.751)
Principal resgate	(983.151)	(569.016)	(104.647)	(1.656.814)
Resultado financeiro	518.866	33.669	25.949	578.484
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	1.141	—	—	1.141
Ajustes no patrimônio líquido	—	9.742	—	9.742
Saldo em 31/12/2017	5.837.067	362.348	387.535	6.586.950

6.3. Análise de sensibilidade das aplicações: As métricas de risco utilizadas na elaboração das análises de sensibilidade das aplicações financeiras são: (i) A metodologia de Value at Risk (VaR) paramétrico utilizando nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duração, nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e (ii) DV01 (dollar-value ou value for one basis-point), que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (AP) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. As metodologias utilizadas desconsideram os valores de saldos referentes ao PGBL e VGBL, pois os recursos estão em fundos exclusivos para os participantes e são regidos pelas regras de liquidez estabelecidas nos regulamentos de cada fundo. As tabelas a seguir apresentam o cálculo do ganho ou perda esperada em um dia no resultado e no patrimônio líquido através da metodologia VaR e do ganho ou perda com a oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

	VaR 95%	DV01=0,01%
Pré-fixado	75	7
IPCA	146	24
Total	221	31

	VaR 95%	DV01=0,01%
Pré-fixado	194	10
IPCA	433	41
Total	627	51

Os ativos referenciados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e SELIC, não apresentam DV01 devido a effective duration ser de apenas 1 dia útil. Em relação ao VaR, tais fatores de risco não apresentaram resultados significativos devido a sua baixa volatilidade (inferiores a R\$1). 6.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado: Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimentos exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) Nível 2: Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) Nível 3: Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis. Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. Nível 1: Títulos de renda variável: Calculados com base na cotação de fechamento do último dia útil em que foram negociados no mês. Títulos de renda fixa - públicos: Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA. Instrumentos financeiros derivativos - Contratos futuros de opções: Calculados com base nas cotações e taxas divulgadas pela B3. Nível 2: Certificados de Depósito Bancário (CDB) e Letras Financeiras (LF): Calculados de acordo com suas características de resgate: (i) CDB com cláusula de resgate antecipado a taxa determinada: calculados com base na taxa contratada na operação; (ii) CDB sem cláusula de resgate antecipado e com cláusula de resgate antecipado a taxa de mercado: são calculados com base na curva proveniente dos futuros de DI da B3, e para o spread de crédito, pelo conjunto formado pelas operações de CDB e LF das carteiras administradas/fundos no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos. Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE): São títulos pré-fixados e pós-fixados em CDI, SELIC ou índices de inflação, calculados considerando a taxa de mercado do indexador e o spread de crédito, formado pelo conjunto das operações de DPGE das carteiras/fundos administrados no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos. Debêntures: Calculados com base nas tabelas de preços unitários (para títulos públicos) de mercado secundário da ANBIMA ou, no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo banco custodiante de acordo com os critérios de precificação definidos em seu manual de marcação a mercado. Cotas de fundos de investimentos: Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exibiabilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

	Nível 1	Nível 2	Total
Aplicações Financeiras			
Valor justo por meio do resultado	3.328.386	1.701.834	5.030.220
Disponível para venda	358.146	4.202	362.348
Mantidos até o vencimento	1.396.247	—	1.396.247
Total	5.082.779	1.706.036	6.788.815

	Nível 1	Nível 2	Total
Aplicações Financeiras			
Valor justo por meio do resultado	3.024.137	1.824.925	4.849.062
Disponível para venda	359.280	3.898	363.178
Mantidos até o vencimento	1.398.871	—	1.398.871
Total	4.782.288	1.828.823	6.611.111

7. Prêmios a receber: 7.1. Movimentação dos prêmios a receber: Os prêmios a receber estão mensurados ao custo amortizado e contemplam os prêmios de emissão direta e cosseguro aceito, bem como as operações de retrocessão. O faturamento do segmento de vida ocorre em sua maioria mensalmente. A seguir, a movimentação dos prêmios a receber nas datas indicadas:

	Prêmios	Redução ao valor recuperável	Total
Saldo em 01/01/2016	114.953	(34.883)	80.070
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento / constituição	399.307	(15.438)	383.869
RVNE	(3.556)	—	(3.556)
Recebimentos / reversão	(383.960)	13.265	(370.695)
Saldo em 31/12/2016	126.744	(37.056)	89.688
Circulante			89.012
Não circulante			676

	Prêmios	Redução ao valor recuperável	Total
Saldo em 31/12/2016	126.744	(37.056)	89.688
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento / constituição	415.095	(5.448)	409.647
RVNE	3.421	—	3.421
Recebimentos / reversão	(441.570)	20.505	(421.065)
Saldo em 31/12/2017	103.690	(21.999)	81.691
Circulante			81.316
Não circulante			375

7.2. Prêmios a receber por vencimento: Os prêmios a receber por vencimento estão distribuídos da seguinte forma:

	2017	2016
Descrição		
A vencer		
A vencer entre 01 e 30 dias	41.028	34.519
A vencer entre 31 e 60 dias	8.067	5.137
A vencer entre 61 e 180 dias	15.497	23.645
A vencer entre 181 e 365 dias	7.760	9.884
A vencer acima de 365 dias	543	676
Total	72.895	73.861
Redução ao valor recuperável		
Total a vencer	(595)	(1.397)
Total	72.300	72.464

Vencidos

Vencidos entre 01 e 30 dias	4.565	10.114

<tbl_r cells="3" ix="5" maxcspan="1" maxrspan="1" used

continuação

Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

10. Movimentação dos custos de aquisição diferidos – seguros e previdência:

	Seguro direto líquido de cosseguro cedido	Cosseguro aceito	Previdência	Total
Saldo em 01/01/2016	39.980	2.810	9.374	52.164
Custos de aquisição	119.533	376	5.964	125.873
Amortização	(110.122)	(1.517)	(7.356)	(118.995)
Cancelamento	(13.307)	(449)	(593)	(14.349)
RVNE	(54)	–	–	(54)
Saldo em 31/12/2016	36.030	1.220	7.389	44.639
Circulante				29.929
Não circulante				14.710

	Seguro direto líquido de cosseguro cedido	Cosseguro aceito	Previdência	Total
Saldo em 31/12/2016	36.030	1.220	7.389	44.639
Custos de aquisição	131.545	–	5.566	137.111
Amortização	(117.710)	(682)	(5.684)	(124.076)
Cancelamento	(18.441)	(3)	(619)	(19.063)
RVNE	1.061	–	–	1.061
Saldo em 31/12/2017	32.485	535	6.652	39.672
Circulante				26.471
Não circulante				13.201

11. Contas a pagar: 11.1. Obrigações a pagar:

Descrição	2017	2016
Obrigações fiscais (vide nota 17.2)	61.117	57.317
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	–	20.000
Participações no lucro	2.815	2.544
Demais	3.460	2.702
Total	67.392	82.563
Circulante		6.275
Não Circulante		61.117

11.2. Outras contas a pagar:

Descrição	2017	2016
Fornecedores / compromissos mobiliários a pagar	10.234	8.033
Honorários advocatícios	62	62
Total	10.296	8.095
Circulante		10.234
Não circulante		62

12. Corretores de seguros e resseguros:

Descrição	2017	2016
Seguro direto e cosseguro aceito	13.406	14.170
Seguro direto e cosseguro aceito – RVNE	3.827	2.765
Total	17.233	16.935
Circulante		17.141
Não circulante		92

13. Depósitos de terceiros: Os depósitos de terceiros são representados, basicamente, por cobrança antecipada de prêmios e emolumentos recebidos. Sua distribuição por idade é apresentada a seguir:

2017	2016

Descrição	Prêmio direto	Cosseguro	Previdência	Total
De 0 a 30 dias	3.215	–	4.477	7.692
De 31 a 60 dias	170	–	73	243
De 61 a 120 dias	214	4	470	688
De 121 a 180 dias	220	–	4.503	4.723
De 181 a 365 dias	42	–	441	483
Acima de 365 dias	4	–	–	4
Subtotal	3.865	4	9.964	13.833
Total				13.833

14. Provisões técnicas de seguros e previdência complementar:

Descrição	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR e de despesas relacionadas – PDR	Total
Saldo em 01/01/2016	2.615	
Pagamentos/ cancelamentos/ baixas	(507)	
Atualização monetária / juros	29	
Saldo em 31/12/2016 (a)	2.137	2.137
Total		2.137
Circulante		2.137

Descrição	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR e de despesas relacionadas – PDR	Total
Saldo em 31/12/2016	2.137	
Pagamentos/ cancelamentos/ baixas	(223)	
Atualização monetária / juros	203	
Saldo em 31/12/2017 (a)	2.117	2.117
Total		2.117
Circulante		2.117

Descrição	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR e de despesas relacionadas – PDR	Total
Saldo em 01/01/2016	45.957	
Emissões	372.761	–
Pagamentos/ cancelamentos/ baixas	(48.797)	(186.554)
Prêmios ganhos	(332.340)	–
Avisados / alterações	–	164.436
Atualização monetária / juros	–	19.399
Variação do IBNR	–	(2.472)
Saldo em 31/12/2016	37.581	210.012
Outras provisões (a)		54.186
Total		301.779
Circulante		151.899
Não Circulante		149.880

Descrição	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR e de despesas relacionadas – PDR	Total
Saldo em 31/12/2016	37.581	
Emissões	416.545	–
Pagamentos/ cancelamentos/ baixas	(43.702)	(215.056)
Prêmios ganhos	(379.144)	–
Avisados / alterações	–	242.211
Atualização monetária / juros	–	13.728
Variação do IBNR	–	(27.711)
Saldo em 31/12/2017	31.280	223.184
Outras provisões (a)		61.233
Total		315.697
Circulante		160.776
Não Circulante		154.921

Descrição	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR e de despesas relacionadas – PDR	Total
Saldo em 01/01/2016	35.133	
Emissões	94.821	–
Pagamentos/ cancelamentos/ resgates	(29.641)	(330.391)
Prêmios ganhos	(63.366)	–
Avisados / alterações	–	321.387
Atualização monetária / juros	–	1.193
Variação do IBNR	–	541
Saldo em 31/		

continuação

Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

(a) Valor referente ao seguro de vida grupal e do plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; (b) Valor referente aos serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; (c) Valor referente ao rateio de aluguel dos prédios da Nova Matriz e Pinheiros entre companhias do Grupo SulAmérica (para efeitos de comparabilidade, estamos incluindo os valores não informados em 2016); (d) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos entre acionistas, titulares ou sócios; (e) Valor referente à conta corrente, rateio e reembolso de despesas relativas à utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa entre empresas do grupo; (f) Valor referente à taxa de administração e gestão que corresponde a 0,25% sobre o valor da carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente; (g) Valor referente ao reembolso que a Companhia faz a SASA relacionado ao plano de bonificação de seus executivos com incentivo em ações (stock options) de emissão da SASA; (h) Valor referente ao seguro saúde dos funcionários da Companhia; (i) Valor referente à operação de resseguro; (j) Valor referente à contratação de títulos de capitalização, na modalidade incentivo; e (k) Valor referente a operação de seguro viagem adquirido pela Companhia. Em 2017 foram pagos a título de dividendos o montante de R\$50.000 (R\$10.000 em 2016) para a CIA. SAÚDE.

15.2. Remuneração da administração: A Administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

Benefícios de curto prazo a administradores	Benefícios pós-emprego	Incentivo em ações (a)	Total
Contas a pagar			
2017	881	—	2.677
2016	691	—	2.489
Despesas			
2017	(1.696)	(81)	(188)
2016	(1.509)	(55)	(309)
			(1.873)

(a) Despesa a reembolsar a SASA pelo incentivo em ações (stock options) aos seus executivos (nota 3.10).

16. Compromissos e ônus a liquidar: 16.1. Outro créditos: Em 31/12/2017, o saldo de R\$2.307 (R\$2.460 em 2016) da rubrica "Outros créditos," no ativo circulante, é composto, basicamente, por recursos bloqueados nas contas correntes bancárias referentes a demandas judiciais no montante de R\$2.004 (R\$2.207 em 2016).

16.2. Garantia das provisões técnicas: A Companhia possui bens vinculados à SUSEP, oferecidos em garantia para cobertura das provisões técnicas, que estão relacionados na nota 14.3. 16.3. Contrato de aluguel – São Paulo: Em 04/07/2013, a CIA. SAÚDE, controladora da Companhia, assinou contrato de locação para a nova sede da SulAmérica em São Paulo. O prazo da locação é de 10 anos, contados a partir de 15/06/2015, podendo ser renovado automaticamente por períodos de 5 anos, por 3 ciclos consecutivos. Durante o período de vigência do contrato a CIA. SAÚDE se comprometeu a pagar mensalmente a quantia de R\$2.000, reajustada anualmente pela variação acumulada do IGP-M, cabendo à Companhia um percentual de 6,5% sobre este montante. O montante registrado no resultado da Companhia, até 31/12/2017, corresponde a R\$1.844 (R\$1.734 em 2016). A Lei de Locações e o contrato possuem disposições que impedem os locadores de rescindirem unilateralmente a locação, sendo que a CIA. SAÚDE poderá fazê-lo, desde que mediante o pagamento de multa. 17. Depósitos judiciais e fiscais e provisões para ações judiciais e obrigações fiscais: Em 31/12/2017 e 2016, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, as provisões para ações judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas registradas na rubrica "Provisões judiciais" no passivo circulante e não circulante e as obrigações fiscais, registradas na rubrica "Obrigações a pagar," no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrados a seguir:

17.1. Depósitos judiciais e fiscais:

Descrição	2017	2016
Fiscais:		
COFINS	26.555	25.273
PIS	45	43
CSLL	33.097	30.764
IRPJ	7.159	6.765
INSS	82.377	78.189
Subtotal	149.233	141.034
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	3.718	1.282
Ações cíveis	70.900	69.332
Subtotal	74.618	70.614
Total	223.851	211.648
Não circulante	223.851	211.648

17.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:

Descrição	Saldo em 01/01/2016	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldo em 31/12/2016
Cíveis e trabalhistas:					
Cíveis	55.412	18.914	6.146	(12.552)	67.920
Honorários	5.348	1.871	—	(642)	6.577
Trabalhistas	2.668	279	408	(69)	3.286
Outros	1.216	446	(38)	(306)	1.318
Subtotal	64.644	21.510	6.516	(13.569)	79.101
Tributárias: (a)					
PIS	40	—	3	—	43
COFINS	20.516	—	1.488	—	22.004
CSLL	23.266	1.867	2.946	—	28.079
IRPJ	5.270	—	506	—	5.776
INSS	73.050	—	5.412	(272)	78.190
Honorários	1.253	69	90	—	1.412
Subtotal	123.395	1.936	10.445	(272)	135.504
Total	188.039	23.446	16.961	(13.841)	214.605
Circulante					12.607
Não Circulante					201.998

Descrição	Saldo em 31/12/2016	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldo em 31/12/2017
Cíveis e trabalhistas:					
Cíveis	67.920	11.759	5.042	(22.830)	61.891
Honorários	6.577	1.104	—	(1.719)	5.962
Trabalhistas	3.286	953	907	—	5.146
Outros	1.318	1.364	204	(1.196)	1.690
Subtotal	79.101	15.180	6.153	(25.745)	74.689
Tributárias: (a)					
PIS	43	—	2	—	45
COFINS	22.004	—	1.137	—	23.141
CSLL	28.079	—	2.219	(8)	30.290
IRPJ	5.776	—	388	—	6.164
INSS	78.190	—	4.188	—	82.378
Honorários	1.412	—	64	—	1.476
Subtotal	135.504	—	7.998	(8)	143.494
Total	214.605	15.180	14.151	(25.753)	218.183
Circulante					11.525
Não Circulante					206.658

(a) Inclui as obrigações fiscais, que em 31/12/2017 são de R\$61.117 (R\$57.317 em 2016), registradas no passivo não circulante, na rubrica "Obrigações a pagar" (vide nota 11). 17.3. Obrigações fiscais: As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais da Companhia, em 31/12/2017 e 2016, são: COFINS: A Companhia questiona judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30/05/2003) incidente sobre as receitas geradas nas atividades de seguro e previdência e outras receitas. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda em relação à majoração da alíquota de 1% sobre as atividades de seguro e previdência privada e, possível, sobre outras receitas. Os valores questionados no passado estavam sendo depositados judicialmente e provisionados e, atualmente, a Companhia está recolhendo a contribuição majorada em 1% incidente sobre as receitas da atividade. IRPJ: A partir de 01/01/1997, a despesa de contribuição social tornou-se indedutível na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração mencionada, a Companhia impetrou Mandado de Segurança, obtendo liminar com depósito judicial, assegurando a dedutibilidade da contribuição na apuração do imposto de renda. Em maio de 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou constitucional o dispositivo legal que obstruiu a dedução da CSLL na base de cálculo do IRPJ. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente e provisionados em sua totalidade. Cumpre ressaltar que a partir de 2013 a Companhia passou a tributar a despesa de contribuição social na base de cálculo do imposto de renda. Os advogados patrocinadores da causa reputam a probabilidade de perda como provável. CSLL: Com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração de 6% da alíquota da Contribuição Social a partir de maio de 2008, passando a alíquota de 9% para 15%. Nesse sentido, a Companhia passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado Mandado de Segurança, provisionando e depositando integralmente até agosto de 2017 os valores questionados. A partir do setembro de 2017, a Companhia optou por descontinuar os depósitos judiciais e passou a recolher os valores questionados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda na demanda. 17.4. Provisões judiciais: A principal ação com provisão judicial em 31/12/2017 e 2016 é: INSS: A Companhia vinha questionando e depositando judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de seguro, instituídas pela Lei Complementar nº 84/1996 e alterada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços de corretagem de seguros e os serviços médicos não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, Artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. Os valores questionados encontram-se com sua exigibilidade suspensa por depósito judicial e provisionados em sua totalidade até maio de 2015. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda. No mês de junho de 2015, a Companhia decidiu passar a recolher o INSS sobre os pagamentos aos prestandores corretores e descontinuar os depósitos judiciais referentes a essa discussão. 17.5. Contingências: Em 31/12/2017 e 2016, o valor total em discussão dos processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível pelos advogados que patrocinam as causas é de:

Descrição	2017	2016
Fiscais	65.576	61.324
Cíveis	1.027	246
Trabalhistas	1.383	143

Na avaliação da Administração sobre a possibilidade de saída de recursos nos processos fiscais, o montante provisionado de R\$30.327 (R\$28.115 em 2016) refere-se a obrigações legais. 18.1. Capital social: O capital social da Companhia em 31/12/2017 e 2016 é de R\$227.551, dividido em 29.630.262 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. 18.2. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reservas de capital, exceder 30% do capital social. 18.3. Reserva estatutária: A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social após as destina

continuação

Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

19.9. Demonstração dos cálculos de Imposto de renda pessoa jurídica e Contribuição social sobre o lucro líquido:
O IRPJ e a CSLL de 31/12/2017 e 2016, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2017		2016	
	Imposto derenda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social e participações				
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	955	955	35.780	35.780
Alíquota nominal	(239)	(191)	(8.945)	(7.156)
Correntes:	25%	20%	25%	20%
Adições:				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(708)	(567)	(5.153)	(4.123)
Provisão para redução ao valor recuperável de créditos	–	–	(153)	(122)
Despesas indeutáveis	(276)	(210)	(587)	(295)
Provisões não dedutíveis	(247)	(198)	–	–
Outras	(1.044)	(827)	–	–
Subtotal	(2.275)	(1.802)	(5.893)	(4.540)
Exclusões:				
Reversão da redução ao valor recuperável de créditos tributários	2.606	2.085	–	–
Reversão de provisões não dedutíveis	–	–	456	365
Atualização de depósitos judiciais	2.023	1.618	2.804	2.243
Reversão da provisão sobre participações nos lucros	765	612	610	488
Outras	–	–	729	560
Subtotal	5.394	4.315	4.599	3.656
Prejuízo fiscal e base negativa:				
Constituições	(2.880)	(2.314)	–	–
Compensações	–	–	3.030	2.372
Subtotal	(2.880)	(2.314)	3.030	2.372
Redução de incentivos fiscais				
Receitas / (despesas) com imposto de renda e contribuição social corrente				
	–	8	(6.700)	(5.668)

Descrição	2017		2016	
	Imposto derenda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Despesas com imposto de renda e contribuição social diferido				
Despesas com imposto de renda e contribuição social				
Alíquota efetiva			(178)	(426)
Alíquota efetiva combinada			18,64%	44,61%
20. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido:				
Descrição	2017		2016	
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Plano de pensão de benefício definido	Ativos financeiros disponíveis para venda	Plano de pensão de benefício definido
Base de cálculo	9.742	(81)	9.661	(2.416)
Imposto de renda	(2.436)	20	(2.416)	12
Contribuição social	(1.481)	–	(1.469)	–
Total	(3.917)	32	(3.885)	5.776
Líquido	5.825	(49)	5.776	5.776

Descrição	2017		2016	
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Plano de pensão de benefício definido	Ativos financeiros disponíveis para venda	Plano de pensão de benefício definido
Base de cálculo				
Ativos financeiros disponíveis para venda	10.072	45	10.117	–
Imposto de renda	(2.518)	(11)	(2.529)	–
Contribuição social	(1.500)	(7)	(1.507)	–
Total	(4.018)	(18)	(4.036)	–
Líquido	6.054	27	6.081	–

Conselho de Administração:

Presidente: Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas. Conselheiros: Carlos Infante Santos de Castro; e Gabriel Portella Fagundes Filho.

Diretoria: Diretor Presidente: Gabriel Portella Fagundes Filho.

Diretores Vice-Presidentes: Carlos Alberto de Figueiredo Trindade Filho; Marcelo Pimentel Mello; Marco Antonio Antunes da Silva; Matias Antonio Romano de Ávila; e Ricardo Bottas Dourado dos Santos.

Diretores(as): Alessandra Maia Marinho Basile; André Luiz Lauzana dos Santos; Cristiano Donisete Barbieri; Emil Andery; Fabiane Reschke; Fabiano Lima; Gabriel Antoine de Ségur de Charbonnieres; Gilson Bochernitsan; José Fernando Conforto; Laenio Pereira dos Santos; Luciano Macedo de Lima; Marco Antonio Neves; Reinaldo Amorim Lopes; Renato Roperto; e Solange Zaquem Thompson Motta.

Contador: Ivandro de Almeida Oliveira - CRC - RJ 076.168/O-7. Atuária: Gláucia Maria Ribeiro de Carvalho - MIBA/MTPS/963.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017

1. O Comitê de Auditoria da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. ("Companhia") no âmbito de suas atribuições, relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, até a presente data: • Reuniu-se com os responsáveis pelas auditorias contábeis independente e interna, bem como com os representantes da administração da Companhia, para, entre outras atribuições, verificar o cumprimento das recomendações do Comitê; • Verificou que as auditorias contábeis independente e interna e o sistema de controles internos da Companhia atendem às necessidades da

Companhia, não tendo identificado deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade de tais auditorias e do sistema de controles internos da Companhia; • Com base nas informações das auditorias contábeis independente e interna, não identificou falhas no cumprimento da legislação aplicável, da regulamentação e das normas internas da Companhia que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio; e • Revisou, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, considerando-

as adequadas quanto à observância das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação aplicável e aptas para publicação e envio à SUSEP.

2. O Comitê não identificou a existência ou evidência de erros ou fraudes de que trata o art. 144 da Resolução CNSP nº 321/2015. O Comitê verificou o atendimento ao disposto no § 4º do art. 14 da Resolução CNSP nº 168/2007 e não identificou o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2018. Domingos Carelli Neto - Presidente; Carlos Infante Santos de Castro - Membro; e Renato Russo - Membro.

Parecer do Atuário Independente

Aos Acionistas e Administradores da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. Rio de Janeiro - RJ. **Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. ("Companhia"), e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório da Companhia, em 31 de dezembro de 2017, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração é responsável pelas provisões técnicas e pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no Anexo deste relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e as normas da SUSEP e do CNSP. **Responsabilidade dos Atuários Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no Anexo deste relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e as normas da SUSEP e do CNSP. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos de Prêmios e Sinistros, em seus aspectos mais relevantes, tendo sido definido pela Companhia um plano de ação junto à SUSEP para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente. São Paulo, 27 de fevereiro de 2018. DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Consultores Ltda. CNPJ 02.189.924/0001-03 CIBA 45 João Batista da Costa Pinto MIBA 944

Anexo I
Demonstrativos do Parecer Atuarial
1. Demonstrativo dos limites de retenção

	31/12/2017	31/12/2016
Ramo 0929	1.558.241	1.558.241
Ramo 0969	1.558.241	1.558.241
Ramo 0977	1.558.241	1.558.241
Ramo 0982	1.558.241	1.558.241
Ramo 0984	1.558.241	1.558.241
Ramo 0990	570.000	570.000
Ramo 0993	1.558.241	1.558.241
Ramo 1329	1.558.241	1.558.241
Ramo 1369	1.558.241	1.558.241
Ramo 1377	1.558.241	1.558.241
Ramo 1381	1.558.241	1.558.241
Ramo 1384	1.558.241	1.558.241
Ramo 1390	570.000	570.000
Ramo 1391	1.558.241	1.558.241

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas